

Dívida pública chega a 58,6% do PIB

Desvalorização cambial de 12,79% em junho foi a principal responsável pelo crescimento

Fernanda Paraguassu
de Brasília

A dívida líquida do setor público consolidado atingiu R\$ 750,258 bilhões em junho, passando de 55,9% para 58,6% do Produto Interno Bruto (PIB), o maior valor da série histórica. Além de recorde, o valor ultrapassou a meta indicativa fixada no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para o período. Esse resultado, porém, já era esperado pelo governo por causa da desvalorização cambial de 12,79% no mês. Isso afetou a parcela da dívida atrelada ao câmbio, que está em 33%. Do aumento de R\$ 41,8 bilhões em relação a maio, R\$ 41,3 bilhões são decorrentes de variação cambial.

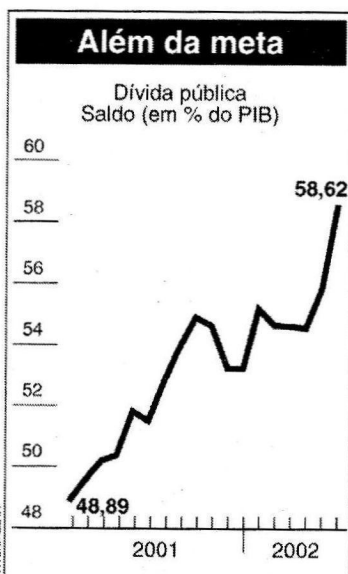
Segundo o chefe do Departamento Econômico do Banco Central (Depec), Altamir Lopes, a dívida é bastante sensível a movimentos cambiais. "Essa dívida é sustentável", disse. "Com estabilização do câmbio e resultados primários, a dívida cai." Para cada 1% de desvalorização cambial, verifica-se um impacto imediato de 0,27% na relação da dívida com o PIB.

Forte volatilidade

Na avaliação de Lopes, o período atual é de forte volatilidade em função de incertezas nos cenários externo e interno. "O que vivenciamos no câmbio é passageiro", disse. O chefe do Depec explicou que todos os cenários desenhados pelo governo mostram que há uma tendência de decréscimo da dívida no médio prazo. O cenário básico, segundo ele, considera um resultado primário de 3,75% para este ano e para o próximo.

O não cumprimento da meta indicativa não é fator de preocupação, segundo ele, porque não afeta o relacionamento com o Fundo. "Essas metas servem apenas como parâmetro para outros indicadores." Lopes explicou ainda que, para o acordo com o FMI, valem os critérios de desempenho, como o resultado primário.

"Claro que há preocupações,



Fontes: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

mas estamos empenhados para trabalhar com a manutenção da dívida no patamar atual e reduções a partir de um determinado ponto", disse. Segundo Lopes, o esforço fiscal das esferas de governo não está sendo em vão, até porque o resultado da dívida poderia ter sido pior se os governos não tivessem economizado.

A queda na taxa básica de juros (Selic) para 18% ao ano vai contribuir para amenizar o comportamento da dívida em julho, que já acumula uma desvalorização cambial de 3,7%. Entretanto, os efeitos da redução da Selic são mais diluídos do que os observados com o câmbio. Por isso, a dívida deve apresentar uma pequena elevação em relação ao PIB neste mês. Segundo Lopes, para cada 1 ponto percentual de alteração na Selic, considerando a manutenção da taxa em 12 meses, há um impacto de 0,26% na dívida.

No ano, a variação da dívida atingiu 5,4 pontos percentuais do PIB, sendo que o impacto da desvalorização cambial respondeu por 5,3 pontos percentuais, as necessidades de financiamento, por 1,4 ponto e o reconhecimento de dívidas, por 1 ponto. Ajudaram a puxar a dívida para baixo as privatizações, com -0,2 ponto percentual do PIB e a variação da paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida, com -0,4 ponto. O efeito do crescimento econômico no período respondeu por -1,6 ponto percentual do PIB.

Os efeitos da desvalorização cambial também foram fortes na dívida bruta do setor público. Em junho, a dívida bruta atingiu quase R\$ 1 trilhão, fechando em R\$ 999,650 bilhões — ou 78,1% do PIB.